



Motoserra liberal

Milei acusa oposição de ‘esquartejar’ reforma e ameaça convocar plebiscito

— Depois que Congresso fez seu megaprojeto voltar à estaca zero, governo estuda alternativas para aprovar transformações estruturais prometidas na campanha eleitoral

CAROLINA MARINS

Um dia depois de sofrer uma dura derrota no Congresso, que devolveu seu projeto de reformas à estaca zero, o presidente da Argentina, Javier Milei, acusou a oposição de “esquartejar” a chamada “Lei Ônibus” e não descartou a possibilidade de convocar um plebiscito para aprovar as mudanças estruturais que prometeu.

“A casta política, esse grupo de delinquentes, quer uma Argentina pior, porque não está disposta a abrir mão de seus privilégios”

Javier Milei
Presidente da Argentina

“A casta política, esse grupo de delinquentes, quer uma Argentina pior, porque não está disposta a abrir mão de seus privilégios”, disse Milei, durante viagem oficial a Israel. “Eles esquartejaram nossa lei para poder manter os mecanismos pelos quais roubam os argentinos.”

A Lei Ônibus foi aprovada na semana passada. No entanto, dos 664 artigos, apenas 383 sobreviveram, uma manobra do governo para tentar aprovar a reforma sem ter maioria no Congresso. Na terça-feira, porém, a aprovação foi revertida.

A falta de acordo para aprovar cada um dos artigos restantes fez o megaprojeto voltar às comissões da Câmara.

Além de Milei, o porta-voz do governo, Manuel Adorni, e o ministro do Interior, Guillermo Francos, prometeram ontem utilizar “todos os recursos constitucionais” para avançar o projeto – incluindo um plebiscito. Mas a tarefa de convocar uma consulta popular não é tão simples, de acordo com a Constituição argentina.

Segundo o professor de ciências políticas da Universidade de Buenos Aires (UBA) Facundo Galván, apenas o Congresso pode convocar um plebiscito vinculante. Como presidente, Milei poderia realizar apenas uma consulta que, se aprovada, teria de ser submetida ao Legislativo. Além disso, diz Galván, nem todos os temas podem ser levados a votação popular.

RISCO. Analistas dizem que a ameaça de recorrer a plebiscitos é arriscada. Segundo pesquisas, já há sinais de que a lua de mel do presidente com os argentinos será curta. De acordo com sondagem da CB Consultora, publicada na segunda-feira pelo jornal *Clarín*, o apoio a Milei caiu em todas as 24 províncias e hoje está em 50% – ele foi eleito com 55,7% dos votos.

“O governo está convencido de que os votos que recebeu equivale ao apoio que ainda mantém”, disse Facundo Cruz, analista de dados eleitorais do



Milei visita Museu do Holocausto, em Jerusalém: crítica à oposição e poucas alternativas na manga

observatório Pulsar da UBA. “Isso é discutível. Ganhar o segundo turno não significa governar apoiado por uma maioria, e isso ficou claro após o que aconteceu com a Lei Ônibus.”

A outra opção para Milei seria emitir decretos, mas há questões que não podem ser feitas na canetada, como temas eleitorais e penais, por exemplo. Seu “megadecreto” para desregulamentar a economia provocou uma série de ações judiciais que levaram ao cancelamento de algumas medidas, como a reforma trabalhista. “Se seguir por este cami-

nho, há um risco grande de Milei tentar se parecer com Alberto Fujimori e terminar como Pedro Castillo”, disse Cruz, se referindo a dois ex-presidentes peruanos que foram escoreçados do poder.

DIÁLOGO. Por fim, sobra a opção de retornar à mesa de negociação e recalculando a rota antes de colocar a lei para votação novamente. O problema é que a base governista é pequena e Milei segue dependendo do apoio no Congresso de uma oposição moderada, chamada de “dialoguista”.

Além disso, Milei corre contra o tempo. Sua governabilidade é sustentada pelo PRO, partido de Mauricio Macri, que ainda demonstra lealdade. Mas uma eventual queda na aprovação pode provocar uma debandada.

“Se a aprovação cair para menos de 40%, o Congresso dará cada vez menos concessões ao presidente, principalmente os blocos que lhe dão sustentação”, afirma Cruz. “Se eles derem as costas ao governo, teremos muito mais conflitos entre Executivo e Legislativo.” ●

Equador

Congresso rejeita subir imposto para financiar guerra ao crime

QUITO

O Congresso do Equador rejeitou ontem o aumento de 12% para 15% do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), proposto pelo presidente Daniel Noboa, para financiar a guerra contra os narcotraficantes. A medida foi rejeitada por 83 deputados, de um total de 137.

Foi a primeira derrota parla-

mentar de Noboa, no poder desde novembro para um mandato de 18 meses (ele vai completar a presidência de Guillermo Lasso, que dissolveu o Congresso, em maio de 2023, e convocou eleições antecipadas).

Noboa havia apresentado há quase um mês um projeto de lei urgente para aumentar o IVA, que deveria criar uma receita suplementar de cerca de US\$ 1,3 bilhão por ano, de acor-

do com o Ministério da Economia, em meio ao “conflito armado interno” declarado pelo governo diante de uma nova onda de violência.

Imediatamente, Noboa apresentou uma objeção parcial ao projeto de lei, insistindo em aumentar IVA. Agora, os deputados serão obrigados a avaliar novamente a proposta e votar de novo em até 30 dias. ● AFP

Chile

Autopsia indica que Piñera morreu afogado

SANTIAGO

O ex-presidente do Chile Sebastián Piñera morreu em decorrência de asfixia por submersão após a queda do helicóptero que pilotava, na terça-feira, em Lago Ranco. A informação foi confirmada ontem pela promotora regional de Los Ríos, Tatiana Esquivel. A causa do acidente ainda está sob investigação.

A autopsia durou quatro horas, com exames radiológicos e coleta de amostras. Antes de morrer, Piñera tomou uma decisão que salvou a vida da irmã, Magdalena, e de outros dois passageiros, Ignacio e Bautista Guerrero, que estavam a bordo. O ex-presidente, segundo relatos dos sobreviventes, se aproximou da superfície do lago para que todos pudessem pular na água com segurança.

● AFP